



NATUREZA HUMANA NA FILOSOFIA MORAL DE ALASDAIR MACINTYRE¹

Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves²
IFPI

RESUMO: Os conceitos de lei natural e natureza humana se tornaram – durante o caminho de investigação e construção de uma ética das virtudes – centrais ao pensamento de Alasdair MacIntyre. Seguindo Aquino, MacIntyre assumiu a necessidade de explicar que tipo de ser o homem é para assim fundamentar a moralidade. Consideramos que ao discutir e explicar a condição humana, especialmente em *Dependent Rational Animals* (1999), MacIntyre assume explicitamente essa tarefa e passa a delimitar as características do que defendemos ser a sua conceituação substantiva da natureza humana. Neste trabalho discutiremos como MacIntyre compreende a condição humana, e como defendemos que essa condição, tal qual é discutida por ele, pode ser compreendida como a natureza humana.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza humana. Animalidade. Racionalidade. Dependência.

ABSTRACT: The concepts of natural law and human nature became - during the path of research and construction of an ethics of the virtues - central to the thought of Alasdair MacIntyre. Following Aquinas, MacIntyre took on the need to explain what kind of being man is in order to ground morality. We consider that in discussing and explaining the human condition, especially in *Dependent Rational Animals* (1999), MacIntyre explicitly assumes this task and delimits the characteristics of what we claim to be his substantive conceptualization of human nature. In this work we will discuss how MacIntyre understands the human condition, and how we argue that this condition, as it is discussed by it, can be understood as human nature.

KEYWORDS: Human nature. Animality. Rationality. Dependency.

¹ Este trabalho corresponde a um resultado parcial da pesquisa realizada ao nível de doutorado intitulada “Lei natural e natureza humana na Filosofia Moral de Alasdair MacIntyre” pelo Programa de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

² Doutoranda em Filosofia pela Universidade federal do Ceará - UFC, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e professora de Filosofia do Instituto Federal do Piauí - IFPI.

Alasdair MacIntyre, desde o início do seu *Projeto After Virtue*, no processo que é próprio da investigação filosófica, revisou vários conceitos e posturas diante de uma série de problemas e teorias, e, embora nunca tenha abandonado uma concepção histórica, sociológica e prática do que seja tradição moral, virtudes e raciocínio prático, passou a considerar a necessidade de compreender que tipo de ser *é* o homem *enquanto tal* e o tipo de ordem a que pertence. Neste processo investigativo, MacIntyre se aproximou da teoria da lei natural de Aquino – realizando interpretações e discussões importantes, de modo a afirmar que esta é a teoria que melhor explica os fatos do desacordo moral e os processos de deliberação compartilhada –, assim como abriu um espaço necessário para discussão sobre a natureza humana.

Essa discussão, de acordo com nossa interpretação, começa a se desenvolver a partir de vários artigos em que MacIntyre discute a filosofia moral tomista e em especial a teoria da lei natural de Aquino, mas aparece de modo mais detalhado a partir da obra *Dependent Rational Animals* (1999), na qual MacIntyre aponta a condição humana como a de um animal racional dependente, assumindo a importância da biologia para a compreensão do tipo de ser que o homem é. Nossa tese central é que a compreensão do homem como um animal racional dependente pode ser considerada como a concepção substantiva do que seja a natureza humana³ em MacIntyre, natureza que implica a consideração ao processo de florescimento humano em direção ao bem final.

Paulatinamente, nos vários artigos que já antecediam esta obra e em outros que se seguiram, MacIntyre discute a lei natural e seus preceitos, entrelaçando-os, segundo nossa interpretação, à estrutura de sua explicação sobre a condição humana, ao tempo que articulava uma narrativa sobre o florescimento humano que envolvia os conceitos de bem, práticas, virtudes, natureza humana e lei natural. Nossa tese é: ao explicar o

³ Compreendemos que os conceitos “condição” e “natureza” guardam diferenças, mas nossa tese reside justamente na afirmação de que ao explicar o que seria a condição humana em *Dependent Rational Animals* e como esta condição pressupõe um modo próprio de florescimento, referente ao tipo de ser que o homem é, assim como, explica a importância das virtudes para esse florescimento, MacIntyre nos fornece material teórico suficiente para afirmarmos que a condição do homem como um animal racional dependente corresponde à sua natureza substantiva, ocupando um papel central na teleologia do florescimento humano. No Dicionário de Filosofia de Cambridge (2011), “condição diz respeito a um estado de coisas ou ‘como as coisas são’, mais comumente referido como estando em relação com algo que implica ou é implicado por ele.” (p.169); e “natureza humana é a qualidade ou grupo de qualidades pertencentes a todos os homens e somente a eles, que explica a espécie de seres que somos. (...) A ideia de que há uma natureza humana faz parte da tese maior de que todas as espécies naturais têm essências.” (p.654) Essas definições nos permitem dizer que falar em condição humana implica afirmar que existem características que definem o ser humano como tal, de modo que se existem essas características que são comuns a todo ser humano elas possibilitam a definição de que tipo de ser ele é diferenciando-o dos demais seres, essa condição pode ser chamada de natureza humana.

tipo de ser que homem é de modo naturalista – um animal racional dependente – MacIntyre nos permite afirmar que essa conceitualização implica na determinação do que é a natureza humana substantivamente, uma vez que corresponde a fixação de um conjunto de características naturais à espécie humana que são determinantes ao florescimento humano e assim à realização de seu fim.

Discutiremos a seguir como MacIntyre compreende a condição humana, e como defendemos que essa condição, tal qual é discutida por ele, pode ser compreendida como a natureza humana.

A condição humana: animalidade, vulnerabilidade, dependência e racionalidade

Em *Dependent Rational Animals* MacIntyre produz uma explicação sobre a condição do ser humano, do seu desenvolvimento enquanto ser racional e o papel das virtudes para seu florescimento. Ele afirma a condição humana como condição animal, apontando que a identidade humana é uma identidade animal, corporal, e as relações entre os seres humanos, assim como suas limitações e a capacidade de superá-las, estão relacionadas a esta identidade. Ele afirma que:

a identidade humana é primariamente, ainda que não unicamente, corporal e, portanto, identidade animal; e é por referência a essa identidade que as continuidades de nossas relações com os outros são parcialmente definidas. Entre os vários males que nos afligem estão aqueles que distorcem estas continuidades – perda ou dano à memória, por exemplo, ou desfiguração que impede que os outros possam nos reconhecer – assim como aquelas que nos incapacitam de outras formas. (MacINTYRE, 1999, p.8. Tradução nossa)

A racionalidade do ser humano depende de sua animalidade e, em consequência disso, MacIntyre diz que não podemos esquecer que somos o nosso corpo e que nossa maneira de pensar corresponde à maneira de pensar de uma espécie de animal, que o corpo humano é um corpo animal e que a identidade humana é corporal, e vai além, ao afirmar que o ser humano não tem apenas um corpo, mas é seu corpo. Assim, o desenvolvimento e o florescimento humano estão relacionados à espécie de animal que é o ser humano e não a uma superação desta condição.

Na esteira de Tomás de Aquino⁴, MacIntyre vai afirmar que o ser humano possui duas dimensões, uma físico-biológica e outra intelectual-moral, que não são

⁴ Tomás de Aquino afirma duas dimensões da natureza humana: a que é própria ao homem – a alma racional – assim como a que é comum aos homens e aos animais – natureza biofísica (ST I-II 94-3).

antagônicas, mas entrelaçadas, complementares. O desenvolvimento intelectual e moral do homem corresponde ao desenvolvimento do tipo de animal que ele é, assim, o que está subjacente a esse desenvolvimento é o desenvolvimento físico, biológico. Desse modo, desprezar a realidade de que o homem é um animal é se negar a compreender o que significa o próprio modo de desenvolver-se do homem.

O reconhecimento do homem enquanto animal exige o reconhecimento da sua estrutura vulnerável e dependente. MacIntyre aponta que os seres humanos são vulneráveis a uma diversidade de aflições e enfermidades durante toda a vida, e essas aflições e enfermidades dizem respeito ao tipo de animal que o ser humano é. O corpo humano está vulnerável a uma série de agentes patológicos ou variáveis físicas que podem lhe causar danos físico-biológicos, assim como podem interferir ou impedir o funcionamento e o desenvolvimento adequado de sua capacidade de raciocínio. No início já da nossa vida precisamos de intervenções no meio ambiente que garantam nossa sobrevivência, intervenções que não podemos realizar. Assim, a vulnerabilidade de nossa condição está ligada a uma dependência diante dos outros. A vulnerabilidade e a dependência são partes fundamentais da condição humana.

O enfrentamento das condições de vulnerabilidade do ser humano depende somente em parte de cada um em si mesmo, uma vez que o indivíduo depende dos demais para sua sobrevivência e seu florescimento. Esta dependência em relação aos outros para receber proteção e sustento é mais evidente durante a infância e a velhice, mas entre estas duas etapas pode haver períodos, mais ou menos longos, em que o ser humano venha padecer de alguma enfermidade, lesão, ou incapacidade, chegando, em alguns casos, a adquirir uma incapacidade para o resto da vida. O padecimento de alguma enfermidade ou incapacidade e a respectiva dependência dos outros são situações nas quais nós já estivemos, estamos ou estaremos no futuro.

Para que o homem passe da sua condição inicial – de total dependência – para a condição de agente racional independente é preciso que ele reconheça esse processo como parte do desenvolvimento natural do tipo de ser que ele é. Esse desenvolvimento é o que MacIntyre chama de florescimento, que possui um fim, de modo que o homem só floresce quando atinge o fim que lhe é próprio. Se tornar um agente racional independente é florescer, é alcançar a maturidade que o tipo de ser que ele é permite, mas para isso ele tem de aprender a desenvolver suas potencialidades e a enfrentar os impedimentos – de natureza física e social – que lhe cercam. Esse aprendizado e esse

enfrentamento não são feitos pelos indivíduos sozinhos, mas numa rede de relações sociais compartilhadas.

O reconhecimento da vulnerabilidade e dependência do ser humano implica o reconhecimento de que precisamos dos outros para florescer, para nos tornar o que devemos ser, agentes capazes de raciocínio independente, mas que só chegamos e nos mantemos nessa condição a partir de uma rede de apoio e proteção que nos fornece as condições para florescer. Assim, MacIntyre argumenta que as virtudes da ação moral independente só podem ser exercidas adequadamente se forem acompanhadas do que ele denomina de virtudes do reconhecimento da dependência, tendo em vista que se isso não for bem compreendido obscurecerá a ação racional. Esses dois conjuntos de virtudes são necessários ao desenvolvimento das potencialidades específicas do animal racional humano, e a identificação de como e porque precisamos dessas virtudes é um pré-requisito para a compreensão do lugar essencial do tipo de vida humana que permite o florescimento humano. Neste sentido, uma ideia central por ele defendida é que

as virtudes que nós precisamos, se vamos desenvolver de nossa condição animal inicial até aquela de agentes racionais independentes, e as virtudes que nós necessitamos, se vamos confrontar e responder à vulnerabilidade e deficiência, tanto em nós mesmos como nos outros, pertencem a um e mesmo conjunto de virtudes, as virtudes peculiares aos animais racionais dependentes, cuja dependência, racionalidade e animalidade têm de ser entendidas em relação umas com as outras. (MacINTYRE, 1999, p.5. Tradução nossa.)

Desse modo, diz MacIntyre, somente reconhecendo a condição de animalidade do homem e, assim, sua vulnerabilidade e dependência, poderemos compreender o florescimento humano e a própria racionalidade humana, uma vez que dizer que um indivíduo ou grupo floresce vai além de dizer que eles possuem determinadas características, mas que eles florescem em virtude de possuir um certo tipo de características, que demandam determinadas realizações que só podem ser conquistadas mediante o engajamento do indivíduo em atividades próprias ao tipo de ser que ele é.

Essas atividades – as práticas – resultam no alcance de bens concretos que promovem a satisfação e o desenvolvimento de quem as realiza. Para os seres humanos o florescimento implica o desenvolvimento das faculdades enquanto raciocinadores práticos independentes. Lembrando que o desenvolvimento do raciocínio prático independente não exclui a vulnerabilidade e a dependência que, como vimos, fazem parte da condição humana, mas implica o seu reconhecimento. Resumindo MacIntyre, Izquierdo afirma:

nosso autor sustenta que alguém floresce como ser humano quando alcança a independência no raciocínio prático, independência baseada em dois aspectos: (1) alcançar uma concepção adequada de bem, e (2) adquirir certo desenvolvimento em virtudes (que permite elaborar e aplicar essa concepção de bem). (IZQUIERDO, 2014, p. 4. Tradução nossa.)

Para MacIntyre, seguir o curso do desenvolvimento – e florescer – tornando-se um raciocinador prático independente implica, para o ser humano, aprender a reconhecer uma ampla variedade de bens e de tipos de bens e a aprender a separar-se de seus desejos. Desse modo, o conceito de florescimento está ligado ao conceito de bem. Neste sentido, MacIntyre afirma que:

os seres humanos são animais racionais e as potências que eles precisam desenvolver e exercer, se eles estão a florescer, são tanto animais quanto racionais. Então eles têm que encontrar um lugar para uma variedade de bens em sua vida. O que faz cada um desses bens um bem é o fato de que a sua realização conduz ou, em parte, constitui o seu florescimento *enquanto* ser humano. O que faz alguém engajado em tal desenvolvimento do bem ter um bom desenvolvimento é ela ou ele ser direcionado para seu fim específico. (MacINTYRE, 2009, p. 46. Tradução nossa.)

Ele aponta – dentre outros tipos de atribuição⁵ – que o bem exige o julgamento acerca da melhor maneira de ordenar os bens na vida de um indivíduo ou comunidade, uma vez que é necessário distinguir o que faz com que certos bens sejam bens e bens valiosos em si mesmos do que faz com que algo seja um bem para o indivíduo ou comunidade numa situação concreta, fazendo-o ser objeto de sua prática. Sobre este tipo de atribuição de bem, MacIntyre afirma que:

nostros julgamentos sobre como é melhor para um indivíduo ou uma comunidade ordenar os bens em suas vidas exemplificam esse tipo de atribuição, por meio do qual julgamos incondicionalmente sobre o que é melhor para indivíduos ou grupos ser, fazer ou ter, não somente enquanto agentes engajados nesta ou naquela forma de atividade, neste ou naquele papel ou papéis, mas também enquanto seres humanos. São esses julgamentos que são julgamentos sobre o florescer humano. (MacINTYRE, 1999, p.67. Tradução nossa.)

Estes julgamentos variam de uma cultura a outra, ou de uma situação a outra dentro de uma mesma cultura, contudo, nas mais variadas circunstâncias é inevitável a formulação da pergunta “porque devo fazer isto e não aquilo?”, já que é característico

⁵ MacIntyre aponta outras duas formas de atribuição do conceito de bem: 1) o bem é atribuído pela avaliação de algo como meio que permite alcançar algo que é um bem em si mesmo; 2) a bondade é atribuída a alguém que no desempenho de um papel ou função alcança bens intrínsecos a essas práticas específicas, bens que são buscados em si mesmos.

do ser humano refletir sobre o raciocínio prático e pôr em dúvida a ação realizada e o raciocínio que a conduziu. Assim,

os seres humanos precisam aprender a compreender a si mesmos como raciocinadores práticos sobre bens, sobre o que em situações particulares é o melhor a ser feito e sobre como é melhor para eles viverem a suas vidas. Sem aprender isto, seres humanos não podem florescer e, neste aspecto, obviamente, eles diferem dos golfinhos, de tal forma que sua vulnerabilidade é também de uma ordem diferente. Como os golfinhos, suas relações sociais são indispensáveis ao seu florescimento (...).

(...) Humanos por vezes não conseguem florescer sem arguir com outros e aprender deles sobre o florescer humano. (MacINTYRE, 1999. p. 67-68. Tradução nossa.)

MacIntyre aponta, com o desenvolver de sua argumentação, que o raciocínio prático independente se refere ao exercício das faculdades humanas de racionalidade em contextos de práticas diversos e em culturas diferentes, mas em todo contexto o raciocínio prático diz respeito a: “como alguém exercita de um modo relevante as capacidades de um raciocinador prático independente de modo que suas potencialidades para florescer de uma maneira especificamente humana são desenvolvidas”. (MacINTYRE, 1999, p. 77. Tradução nossa.)

Este processo pelo qual nos tornamos raciocinadores práticos independentes está vinculado àqueles com os quais aprendemos a fazer juízos sobre o bem e a justificar nossas ações para além dos nossos desejos. Assim, é um processo social que implica momentos de transição e que nunca se encerra, do qual nunca nos separamos, uma vez que, mesmo nos tornando raciocinadores práticos independentes, continuaremos dependentes dos outros em alguma escala.

Neste sentido, MacIntyre afirma o caráter teleológico da natureza e do agir humanos, uma vez que o florescimento humano diz respeito ao desenvolvimento do raciocínio prático independente e à realização da melhor ação a ser realizada. Esta só pode assim ser definida e efetivada por aquele que se tornou um raciocinador prático independente, aquele que no interior das práticas, pelo exercício das virtudes, consegue deliberar pela realização do melhor. E nesse processo as virtudes têm papel central, pois é por meio do desenvolvimento e exercício das virtudes que o indivíduo reconhecerá sua condição de vulnerabilidade e dependência, e conseguirá no interior de uma rede de relações compartilhadas alcançar uma concepção adequada de bem e deliberar sobre as ações a serem realizadas tendo em vista esse bem.

Nestes termos, a condição humana expressa uma estrutura complexa que liga a natureza animal e racional do homem a um contexto social-comunitário e histórico que é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de suas potencialidades naturais. Desse modo, em MacIntyre, conceitos como animalidade, florescimento, práticas, virtudes e bem são inseparáveis na explicação do tipo de ser que é o homem. E embora, MacIntyre não tenha explicitado em seus textos, consideramos que toda essa estrutura expressa o que podemos chamar de natureza humana.

Defendemos que em *Dependent Rational Animals* MacIntyre desenvolve uma concepção de natureza humana e passa a integrá-la às discussões sobre lei natural - tendo a filosofia de Tomás de Aquino como base teórica. A condição animal do homem, afirmada por MacIntyre, corresponde substantivamente a uma concepção de natureza humana, e assim, que em MacIntyre, o que há em comum entre todos os homens enquanto uma natureza única e universal é a sua natureza animal racional dependente. E sustentamos que essa natureza comum a todos os homens pode, em MacIntyre, fundamentar uma ética das virtudes.

Natureza humana: a condição do homem enquanto animal racional dependente

Embora MacIntyre não tenha desenvolvido de modo sistemático o conceito de natureza humana em sua teoria moral, por inúmeras vezes esse conceito está presente nos seus textos e exige uma explicação, tanto uma explicação sobre o *locus* e papel deste conceito na sua teoria, como uma explicação sobre em que consiste substantivamente essa concepção. Defendemos que a condição do homem enquanto animal racional dependente se expressa como uma concepção substantiva de natureza humana. E essa concepção de natureza humana é um conceito imprescindível no Tomismo assumido por MacIntyre.

MacIntyre compreende o homem como um ser que é essencialmente inquiridor, engajado na investigação prática e muitas vezes na investigação teórica também – essa é uma característica presente e observável nas pessoas comuns e não somente nos filósofos – que está sempre envolvido em um movimento de busca pela verdade e pelo bem, busca que reflete o lugar que o homem ocupa na ordem das coisas⁶. Essa

⁶ Ver: MacINTYRE, 2006, p. 194.

compreensão implica a assunção do realismo tomista⁷ por parte de MacIntyre, e este implica a tese de que existe uma ordem inteligível das coisas e essa ordenação, que independe da nossa vontade e desejos, é teleológica. Cada indivíduo de cada espécie realiza sempre, por sua própria natureza, um movimento em direção ao fim que lhe está delimitado na ordem das coisas. Sobre esse movimento, MacIntyre vai afirmar que:

cada indivíduo pertence a uma espécie e tem as propriedades essenciais de membros desse tipo, mas que, pelo menos até agora como plantas e animais, incluindo animais racionais, os indivíduos são, por sua natureza cada um dirigidos para a seu fim específico. Cada um tem sua própria linha natural de desenvolvimento, cada um é direcionado de acordo com essa linha em direção ao seu próprio modo específico de florescimento. (MacINTYRE, 2006, p. 191. Tradução nossa.)

Sendo o homem parte dessa ordenação teleológica, há um lugar a ser ocupado e uma função a ser realizada por ele e para os quais ele está desde o início da sua existência direcionado, tal qual acontece com cada espécie de coisa nessa ordem. Defendemos que fazer essa afirmação, assumir o realismo tomista e o caráter teleológico desse realismo, exige de MacIntyre o desenvolvimento de uma concepção de natureza humana, tendo em vista a existência de um fim último e de um lugar que o homem deve alcançar e ocupar *enquanto* homem no interior da ordem das coisas. O movimento em direção a esse fim e a realização do homem ao alcançá-lo é o que MacIntyre vai chamar de florescimento. Segundo Izquierdo, MacIntyre afirma que os preceitos da lei natural guiam o florescimento de todo ser humano, possibilitando o alcance do bem para o qual tende a natureza humana, presente em todos os homens, uma vez que a lei natural deriva das inclinações da natureza humana⁸.

Nestes termos, podemos afirmar que florescer para o homem é realizar a sua natureza, pois realizar a sua natureza é realizar aquilo a que a sua natureza está direcionada, que é ocupar o seu lugar na ordem das coisas. Sobre isso MacIntyre aponta que

entender os seres humanos como tendo o seu lugar dentro de uma ordem inteligível das coisas é compreendê-los como possuindo, como membros de outras espécies, uma determinada e dada natureza. Para que fins eles são dirigidos por esta natureza, que normas devem cumprir para que possam atingir esses fins, que relações entre eles

⁷ MacIntyre assume o realismo tomista, que implica, dentre outras coisas, na concepção de que os objetos existem independentes da nossa apreensão deles, e que o nosso intelecto os apreende porque os próprios objetos possuem características essenciais que os tornam inteligíveis e captáveis por nós e estes nos impactam por meio de uma relação causal e dessa relação resulta a nossa compreensão dos objetos que, por sua vez, implica na compreensão do lugar que os objetos ocupam na ordem das coisas. Ver: MacINTYRE, 2006. p. 184-196.

⁸ Ver: IZQUIERDO, 2007. p. 126-130.

são exigidas por essas normas, e que seu modo natural e a direção do desenvolvimento, de modo que eles podem passar desde a concepção e o nascimento através da educação para a realização de seu florescimento, são todos aspectos de uma determinada e dada a natureza. Em diferentes tipos de ordem social esses aspectos podem aparecer em diferentes formas culturais. Mas o reconhecimento de uma humanidade comum nos permite reconhecer a expressão em diferentes formas culturais de uma única natureza humana. (MacINTYRE, 2006, p. 194. Tradução nossa.)

Assumir a concepção de que existe uma ordem inteligível das coisas na qual tudo possui um lugar e um fim a ser alcançado em virtude da natureza de cada coisa – incluindo o ser humano – implica MacIntyre assumir a existência de *uma natureza humana única, universal* e que cada indivíduo floresce ao atingir o fim delimitado por sua natureza *enquanto* humano.

Essa é uma tese forte e que exige explicações, uma vez que no início do projeto *After Virtue*, MacIntyre fez afirmações contundentes acerca da historicidade do homem e da razão, apontando que a racionalidade, assim como o desenvolvimento das virtudes estavam diretamente relacionados ao desenvolvimento histórico das tradições, e que somente no interior das tradições - que estão em constante mudança – o bem, o fim de cada coisa pode ser definido, e que não existe algo fora das tradições que possa funcionar como medida de racionalidade ou de determinação do bem. Ao afirmar que existe uma ordem das coisas que está além de nossa vontade e criação, que existe uma natureza humana única direcionada à realização de seu fim dentro dessa ordem, não estaria MacIntyre afirmando que existe algo fora das tradições que delimita o bem? Não estaria MacIntyre, justamente, afirmando a existência de um padrão universal e neutro que serviria de parâmetro para julgamentos morais e decisões sobre tradições morais rivais?

Vejamos como podemos compreender e encontrar respostas para essas questões.

Como já afirmamos, consideramos que MacIntyre assume o naturalismo teleológico de Aquino e afirma a natureza animal do homem, ao tempo que aponta que este, diferente dos outros animais – embora compartilhe com estes muitas características – possui uma faculdade que o define, a razão. Nestes termos, é que MacIntyre afirma em *Dependent Rational Animals* que o homem é um animal racional dependente. Essa afirmação imprime complexos significados na definição do tipo de ser que o homem é.

Primeiro, MacIntyre afirma que a natureza humana é a de um animal, e sendo tal compartilha com outros animais uma série de habilidades e limitações e, como todos os outros, faz parte de um mundo natural no qual todos ocupam um lugar e possuem uma

função. Segundo, ao reconhecer a animalidade do homem afirma que sua racionalidade não é uma superação dessa condição, mas está ligada a ela, e o desenvolvimento do seu raciocínio está atrelado ao seu desenvolvimento físico-biológico, que se não realizado adequadamente pode fornecer impedimentos ao raciocínio adequado. Terceiro, o homem é um animal dependente e vulnerável, e sendo tal tem seu desenvolvimento e florescimento condicionado aos outros, à vida em comunidade. Somente em comunidade é que o homem pode se desenvolver de sua condição inicial de total dependência e vulnerabilidade até se tornar um raciocinador prático independente – lembrando que mesmo atingindo seu fim enquanto um animal racional, o homem continua vulnerável e dependente. A vulnerabilidade e a dependência são condições permanentes do homem. Por isso, de modo permanente precisamos dos outros para nos desenvolver enquanto agentes racionais independentes, para agir em virtudes e para alcançar o bem.

Queremos sustentar que essa natureza única, comum a todos os homens, independente do local em que esteja e das atividades e relações a que esteja vinculado, em MacIntyre, é a sua natureza enquanto animal. Todos nós somos animais e seguimos um ciclo biológico inerente à nossa espécie e independente da nossa vontade⁹. E somos um tipo de animal que possui como faculdade essencial, que nos define e diferencia dos demais, a razão; razão essa que nos possibilita a intervenção no mundo, o autoconhecimento, a compreensão de nós mesmos como inseridos em um processo de investigação e de busca pelo bem, como a realização do nosso fim. Mas essa razão não é uma superação da nossa condição animal, é uma faceta da nossa animalidade e está a ela atrelada. E temos que compreender, talvez a face mais importante da nossa animalidade, a nossa dependência e vulnerabilidade.

Segundo MacIntyre, o tipo de animal que o homem é é tal que não consegue se desenvolver sem os outros. O homem é um animal vulnerável e dependente: tanto o seu desenvolvimento físico-biológico está condicionado ao cuidado que os outros lhe dispensam, quanto o seu desenvolvimento intelectual e moral está condicionado à aprendizagem e às práticas com as quais está envolvido durante toda a vida e que somente ocorrem na vida em comunidade. Neste sentido, MacIntyre afirma:

⁹ Reconhecemos que a tecnologia desenvolvida – embora não seja acessível a todos os grupos – promove intervenções e modificações neste ciclo de vida do homem, mas essas modificações não alteram a natureza mesma da nossa animalidade e da nossa condição de seres mortais, assim como não exclui inclinações básicas como a necessidade de alimentação para sobrevivência ou a necessidade de procriação para garantir a preservação da espécie.

eu tenho que aprender sobre o meu bem e sobre o bem comum da família e dos amigos, mas também de outras pessoas dentro da minha própria comunidade, a partir dos membros de outras comunidades e de estranhos, daqueles muito mais velhos do que eu e formar aqueles muito mais jovens. Mas como posso ter um relacionamento cooperativo de investigação adequada e aprendizagem, exceto com aqueles a quem eu possa confiar sem qualificação? E como eu posso confiar sem qualificação, a menos que eu me reconheça e aos outros como mutuamente vinculados por tais preceitos como aqueles que ordenam que nunca se deve fazer qualquer tipo de violência à vida humana inocente, que sempre se deve abster de qualquer forma de roubo e fraude, que sempre dizer aos outros a verdade, e que nós sempre devemos defender a justiça em todos os nossos relacionamentos? Ao longo de uma vida gasta fazendo e tentando responder a perguntas sobre o nosso próprio bem, geralmente na prática, mas, às vezes, teoricamente, somos recorrentemente vulneráveis a uma variedade de males e perigos a partir de outros seres humanos, bem como dos caprichos do nosso ambiente natural. É essa vulnerabilidade que faz com que a obediência à lei natural seja necessária para o funcionamento normal e retidão da natureza humana. (MACINTYRE, 2000, p. 109-110. Tradução nossa.)

O homem *enquanto* humano ocupa um lugar na ordem natural das coisas, mas para alcançar o seu fim, o seu lugar nessa ordem, precisa necessariamente se engajar em atividades específicas ao tipo de ser que ele é, e essas atividades somente se realizam em comunidade, em parceria com os outros. E o sentido e a expressão da comunidade se efetiva no interior de uma tradição. É a tradição que imprime significado à comunidade e às atividades culturais, morais e intelectuais que esta realiza.

Nestes termos, o que temos é uma natureza humana única e universal que devido o seu próprio ser só se realiza e se desenvolve no interior de uma tradição, e sabemos que existem tradições diversas e até rivais, e que podem existir tradições mais ou menos adequadas quanto às atividades que direcionam o homem na busca pela verdade e o bem, mas o fato é que fora delas essa busca não seria possível e o homem não teria como florescer, dada sua própria natureza de animal racional dependente.

Embora existam princípios primeiros e um fim último que orientarão o florescimento e sua vida de investigação, é o próprio engajamento do indivíduo humano numa atividade investigativa que o direcionará rumo ao seu fim. O fim do homem existe, mas não será dado a ele, senão pela própria investigação rumo à verdade e ao bem. Então, não existe nessa visão um fatalismo, mas o reconhecimento de que em todos os lugares somos um só tipo de ser, mas um ser que carrega em si mesmo a possibilidade da diversidade, pois o nosso florescimento só ocorre no interior das tradições, nos contextos práticos da vida em comunidade. A razão tem o trabalho de

conduzir uma investigação que possa reconhecer os traços comuns da natureza humana e estabelecer padrões universais, mas o modo como esses padrões comuns se desdobram em normas que possam reger a vida prática – moral e política – das pessoas será sempre algo local, particular, situado nos contextos sociais específicos.

A partir da consideração da condição natural do homem, enquanto um animal racional dependente e vulnerável, a razão pode encontrar princípios gerais e universais e, a partir deles, a lei humana poderia ser pensada e promulgada, tendo em vista a promoção do desenvolvimento do homem até a condição de raciocinador prático independente – que seria o *fim* de seu florescimento. Mas consideramos que, mesmo existindo princípios gerais, as normas, os valores e as leis seriam configurados no interior das comunidades, da vida política de modos diversos. Assim, a tradição continuaria sendo o espaço próprio para o desenvolvimento do ser humano e de sua racionalidade e vida moral. Neste sentido, MacIntyre assume de Aquino a explicação sobre preceitos primários e secundários da lei natural que justifica a relação entre a universalidade e a diversidade:

os preceitos primários da lei natural são de fato um e os mesmos para todos, mas também existem preceitos secundários que variam de acordo com as circunstâncias. (...)a aplicação de um preceito primário se dará muitas vezes em e através de um conjunto de instituições legalmente, socialmente e culturalmente ordenados que implementam esse preceito primário através de liminares secundárias. Os preceitos primários permanecem os mesmos em cada sociedade e cultura, mas as formas socialmente e culturalmente incorporadas através do qual eles recebem expressão não. (MacINTYRE, 2009, p. 5-6. Tradução nossa.)

A existência de preceitos primários e secundários, tal como Aquino pensou é incorporada à visão de MacIntyre e, em nossa compreensão, essa relação entre a universalidade dos preceitos primários imutáveis e a aplicação social e diversificada destes por meio de preceitos secundários mutáveis, garante no interior da filosofia moral de MacIntyre a centralidade do conceito de tradição, uma vez que somente no interior de algum modo tradicional de organização social é que o homem se desenvolve ao tempo que, por meio das práticas de investigação, deliberação e debates sobre o bem, pode conhecer os próprios preceitos da lei natural que tanto guiam as relações entre os homens como se expressam por meio dessas mesmas relações, que fazem parte das práticas cotidianas nas quais os indivíduos se engajam. Em suma, consideramos a existência de uma natureza humana e, a partir dela, suas inclinações ou potencialidades, se apresentam preceitos que regulam o seu próprio funcionamento correto, mas esses

preceitos não são revelados ao homem, mas apreendidos pela razão que é parte dessa mesma natureza humana.

O que MacIntyre nos apresenta é uma complexa explicação sobre a existência humana, uma explicação que é teleológica e entrelaça os conceitos de racionalidade, bem, virtudes, práticas, lei natural e florescimento. Compreendemos que todos eles estão vinculados a um conceito de natureza humana, que embora MacIntyre não explicita em *Dependent Rational Animals* ou em outros textos, acreditamos que seja central para compreendermos a narrativa do florescimento humano e a base de uma ética das virtudes, tal como proposta por ele.

Considerações finais

O Tomismo assumido por Alasdair MacIntyre no percurso investigativo que ele desenvolveu desde o início de seu *Projeto After Virtue* o levou à discussão e interpretação sobre lei natural e natureza humana, como conceitos centrais para explicar o tipo de ser que o homem é e como é capaz de resolver desacordos morais e concretizar uma deliberação compartilhada. MacIntyre concebe o homem como um ser racional que possui dois aspectos, um físico e biológico e um intelectual e moral, e que o seu desenvolvimento implica a consecução de fins que dizem respeito a esses dois aspectos inseparáveis, uma vez que a racionalidade humana é a racionalidade do tipo de ser que o homem é, que, como vimos, é um animal dependente e vulnerável que para florescer precisa estar inserido em contexto de vida compartilhada.

Na explicação desse processo de desenvolvimento humano um conceito-chave que MacIntyre utiliza e desenvolve é o conceito de florescimento, que Izquierdo chega a afirmar ser o conceito central de uma antropologia que ele denomina “antropologia do florescimento”, tendo em vista ser em torno do conceito de florescimento que outros conceitos importantes do pensamento de MacIntyre são articulados e explicados¹⁰. Florescer implica o homem desenvolver sua natureza, seu fim, se realizar. E considerando que florescer é um conceito biológico que é aplicável a todas as espécies e que possui um caráter teleológico, no sentido que indica uma relação entre o que pode ser (ter potencialidades para) e o ser (ter desenvolvido as potencialidades em ato),

¹⁰ Ver: IZQUIERDO, 2014. p. 3-4.

mediados por um processo de transformação e desenvolvimento, é preciso que os indivíduos compreendam esta tríplice estrutura do seu florescimento para que sua natureza seja realizada.

O florescimento de um indivíduo ou grupo vai além do desenvolvimento de determinadas características, mas implica dizer que a posse de certo tipo de características demandam determinadas realizações que só podem ser conquistadas mediante o engajamento do indivíduo em atividades próprias ao tipo de ser que ele é. E essas atividades resultam no alcance de bens concretos que promovem a satisfação e o desenvolvimento de quem as realiza. Compreendemos que o florescimento humano é um conceito que implica a consideração ao tipo de ser que o homem é, implica uma concepção de *natureza humana*, pois pressupõe sempre um horizonte de desenvolvimento humano, um tornar-se *o-ser-que-se-deve-ser*, tendo em vista sua condição e estrutura enquanto ser humano. E MacIntyre sustenta uma tese sobre o tipo de ser que o homem é. O homem é um animal racional dependente, essa é a sua natureza, uma natureza que tem relacionada em si mesma dois aspectos interdependentes: o físico e o racional.

Diante do exposto, podemos fazer as seguintes afirmações sobre o pensamento de MacIntyre e o lugar do conceito de natureza humana em sua filosofia moral: 1) a condição humana é a condição de um animal racional dependente, isso se expressa em duas vertentes relacionadas e inseparáveis: uma físico-biológica e outra racional; 2) o desenvolvimento humano é um processo dinâmico que implica o desenvolvimento destas duas vertentes; 3) esse conjunto que envolve a condição do homem e as potencialidades dessa condição em direção à sua realização é o que podemos considerar como a *natureza humana*; 4) esse processo de desenvolvimento do homem no ser que realiza seu fim, sua natureza, MacIntyre chama de florescimento; 5) esse processo em direção ao fim do homem não é uma busca solitária, somente se efetiva com os outros por meio das práticas e pelo exercício das virtudes; 6) práticas e virtudes só têm sentido no interior das comunidades dentro das quais cada indivíduo, junto com os outros, se engaja em processos de investigação e deliberação compartilhada sobre o que são os bens individuais e comuns e sobre o que é o seu fim *enquanto* homem; 7) nesses processos práticos de investigação é que o bem humano é conhecido, assim como os desacordos e acordos sobre ele podem ser estabelecidos; 8) esses mesmos processos, que tem como fim a verdade, são regidos por normas, e essas normas MacIntyre aponta que são os preceitos primários da lei natural; 9) esses preceitos são universais e regulam

os processos de investigação e busca pelo bem quando a razão está funcionando normalmente; 10) a lei natural e seus preceitos são universais, sendo os mesmos para todas as pessoas, mas o seu conhecimento, definição e aplicação só se dão na vida prática das comunidades, por isso as formas práticas nas quais eles se desdobram no interior das comunidades se efetivam de modo tradicional, ou seja, se efetivam sempre a partir de uma tradição.

Todas essas teses e conceitos ganham sentido uns pelos outros gerando uma narrativa que visa responder a pergunta sobre o que é o homem. Avaliamos que toda a trajetória de pensamento de MacIntyre a partir de *After Virtue* tem como finalidade última dar essa resposta a fim de garantir uma fundamentação racional para a moralidade, tendo em vista que a vida moral é a expressão da busca que todos os indivíduos realizam em todos os tempos e lugares por essa resposta, por encontrar um sentido para a vida, porque ao homem não basta viver, é preciso encontrar o melhor tipo de vida, mas o melhor tipo de vida para o tipo de ser que o homem é. Assim, a pergunta sobre o que é o homem é sempre central e em torno dela é que se constroem recursos práticos e teóricos que empreendemos tentando viver bem.

Por ser um ser que floresce é que o homem se mostra como um ser que possui potencialidades que o direcionam para um fim específico, mas que de modo dinâmico esse fim pode se desdobrar em múltiplas faces e ser alcançado por muitos caminhos, caminhos que se traduzem em múltiplas práticas que possuem múltiplos bens que, por sua vez, ambos, práticas e bens, só ganham sentido no interior das tradições nas quais os próprios indivíduos se engajam em processos de busca e investigação pelo próprio sentido do seu ser. Neste sentido, diante das considerações de MacIntyre, Izquierdo afirma que a racionalidade humana “se orienta por princípios universais, mas seus critérios e seus caminhos são tradicionais, particulares, e dependem dos recursos teóricos e práticos que essa tradição particular lhe proporciona”. (IZQUIERDO, 2014, p. 12. Tradução nossa.)

Com estas asserções, MacIntyre vai reafirmar o traço comunitário de sua ética e a necessidade das virtudes para que o ser humano possa se desenvolver como ser racional e independente. Ele afirma que o ser humano é um animal racional dependente, que precisa de outros seres humanos para sobreviver e, principalmente, para florescer como um ser autônomo e racional. Somente por meio da participação em um conjunto de relações sociais é que nos tornamos seres racionais práticos independentes, uma vez que as pessoas das redes de relações nas quais nos envolvemos no decorrer da vida

podem nos dar o que precisamos para esse florescimento. Somente uma comunidade sustentada numa política do bem comum e no exercício das virtudes pode oferecer o *locus* próprio ao florescimento humano, uma vez que sem a prática das virtudes uma comunidade pensada nestes termos não se sustentaria.

Mais uma vez MacIntyre ancora as virtudes e o desenvolvimento humano às estruturas sociais, uma vez que dada a própria natureza do homem, enquanto animal dependente, o desenvolvimento do sujeito em raciocinador prático independente e o pleno exercício das virtudes estão condicionados pelas relações sociais compartilhadas, por aquilo que a ordem social e política na qual nos situamos pode nos oferecer e pelo tipo de relações intersubjetivas que estabelecemos com os outros no interior das atividades e práticas sociais – família, estado, escola, trabalho, lazer, religião. Com essa argumentação, MacIntyre chama atenção para aspectos poucas vezes levados em conta na reflexão filosófica sobre a moral. Aponta a responsabilidade social e individual dos grupos e de cada indivíduo com o desenvolvimento de todos, com a possibilidade mesma da moralidade existir e de cada sujeito poder se transformar em um agente moral e racional.

Referências

AQUINO, Tomás. *Suma de Teológica*. Vol. IV. Tradução de Alexandre Corrêa. 2.ed. Rio Grande do Sul: Grafosul, 1980.

AQUINO, Tomás. *Suma de Teológica*. Vol. IV. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA DE CAMBRIDGE. Dirigido por Robert Audi. Tradução de João Paulo Netto, Edwino Aloysius Royer et al. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

IZQUIERDO, David Lorenzo. *Comunitarismo contra individualismo: una revisión de los valores de Occidente desde el pensamiento de Alasdair MacIntyre*. Pamplona: Editorial Aranzadi SA, 2007.

_____. El concepto de ‘floreimiento’: una antropología desde el pensamiento de Alasdair MacIntyre. IN: *Pensando-Revista de Filosofia*. Vol. 5, Nº 9, 2014. p.2-16.

MACINTYRE, Alasdair. *Whose Justice? Which Rationality?* Notre Dame: University Notre Dame Press, 1988.

_____. *Three Rival Versions of Moral Enquiry: Encyclopedia, Genealogy and Tradition*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1990.

_____. *Dependent Rational Animals: Why Human Beings Need the Virtues*. Chicago: Open Court Publishing Company, 1999. (The Paul Carus Lectures Series, 20).

_____. Theories of Natural Law in the Culture of Advanced Modernity. In: MacLEAN, Edward B (ed). *Common Truths: new perspectives on law natural*. ISI Books, 2000. p. 91-108.

_____. *Depois da virtude*. Tradução de Jussara Simões. Revisão técnica de Helder Buenos Aires de Carvalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. Philosophy recalled to its tasks: a Thomistic reading of Fides et Ratio. In: MacINTYRE, Alasdair. IN: *The tasks of philosophy: selected essays*. Vol I. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 179-196.

_____. *After virtue: a study in moral theory*. 3.ed. Notre Dame: University Notre Dame Press, 2007.

_____. *Justiça de Quem? Qual racionalidade?* Tradução de Marcelo Pimenta Marques. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Intractable moral disagreements. IN: CUNNINGHAM, L. S (Ed) *Intractable disputes about the natural law: Alasdair MacIntyre and Critics*. Notre Dame: Notre Dame Press, 2009. p. 1-52.